



Julio Garcia é eleito por unanimidade

(foto Carlos Kilian)

Com a unanimidade dos 40 parlamentares, o deputado Julio Cezar Garcia (PFL) foi eleito o novo presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina na tarde do dia 1º de fevereiro. Na história recente do Parlamento, este feito foi alcançado anteriormente por outro pefelista, deputado Pedro Bittencourt, em 1995, quando também recebeu os 40 votos. Em 1991, o deputado Gilson dos Santos obteve 39 votos e uma abstenção.

Já como presidente, Julio Garcia conduziu a votação que esco-

lheu os demais nomes que compõem a Mesa. Apresentados em chapa única no rastro do entendimento para a Presidência, foram confirmados, pelos 40 parlamentares, o peemedebista Herneus de Nadal, para a 1ª vice-presidência, o tucano Djalma Berger, como 2ª vice-presidente, o progressista Lício Mauro da Silveira, para 1º secretário, o ex-líder da bancada do PT, deputado Pedro Baldissera, como 2º secretário, o deputado Valmir Comin (PP), para 3º secretário, e o petista José Paulo Serafim no cargo de 4º secretário.

Página 3*Consenso em torno de Garcia (ao centro) e dos integrantes da Mesa (à esquerda)*

(foto Carlos Kilian)

Reforma de Estado está em discussão

O Legislativo está, desde o dia 12 de janeiro, apreciando um pacote de 16 matérias que integram a reforma de Estado preconizada pelo governo estadual, além de outras proposições que já estavam em tramitação na Casa antes do início do recesso parlamentar, em dezembro do ano passado. Os deputados foram convocados extraordinariamente pelo Poder Executivo, autor de todos os projetos, a partir do dia 10 de janeiro. No dia 18, o governador Luiz Henrique da Silveira foi ao Plenário para explicar o pacote.

Seis pontos centralizaram as divergências, dúvidas e provocam polêmicas acirradas: reforma administrativa, criação do Fundo Social, sistema previdenciário estadual, ampliação de atribuições das Organizações Sociais, criação da Invest, venda e cessão de prédios públicos. Alvo de seis audiências públicas, estes projetos foram discutidos nos dias 25, 26 e 27 de janeiro, e 2 de fevereiro, passando então a tramitar nas Comissões. A votação em Plenário está prevista para os dias 9 e 10, data estabelecida para o fim do período extraordinário.

**Curitibanos, Videira, Pinheiro Preto, Tangará e Frei Rogério em foco***Luiz Henrique esteve em Plenário para explicar os projetos**Páginas 6, 7, 8, 9 e 10*

Transparência e interação

Ampliar e aperfeiçoar o processo de transparência e interação com a comunidade e perseguir o equilíbrio entre independência e harmonia, estabelecido pela Constituição, estão entre as metas para o biênio 2005/2006.

Para intensificar a aproximação com a sociedade catarinense, pretendemos valorizar a comunicação – parceira da democracia –, através da mídia impressa e eletrônica, e especialmente as rádios, que alcançam a todas as faixas populacionais de todas as regiões do Estado e levam a notícia instantaneamente, através de boletins informativos ou entrevistas ao vivo. Vamos fortalecer e aperfeiçoar os veículos de comunicação da Casa – rádio, jornal e TV AL – para que possam aprofundar, cada vez mais, as informações sobre a atuação de todos os parlamentares e transmiti-las ao maior número possível de cidadãos. A comunicação tem importância vital no processo de minimizar a distância entre representantes e representados.

A eleição unânime, através do voto nominal e aberto, fortaleceu este Poder e aumentou a responsabilidade de corresponder às expectativas dos 39 deputados, que acreditaram na capacidade de agregar para fortalecer. Aumenta também o compromisso com o propósito de dar continuidade às últimas três administrações – dos deputados Gilmar Knaesel, Onofre Agostini e Volnei Morastoni, respectivamente – que, de maneira exemplar, souberam adequar a Assembléia Legislativa ao momento atual. Pretendemos implantar uma administração compartilhada nas ações parlamentares, com todos os deputados e, no setor administrativo, ouvindo e valorizando os servidores, através de sua associação e seu sindicato. Enfim, promover um processo participativo, focado no fortalecimento e no engrandecimento do Poder Legislativo Estadual, o mais democrático, por abrigar múltiplas tendências e proporcionar o exercício diário do respeito às diferenças, além da discussão aberta com todos os segmentos interessados, sobre as questões de interesse da população.

Pretendemos administrar da mesma forma elevada e agregadora que nos permitiu chegar a bom termo no processo de eleição, para que, ao final de nossa missão nesta Presidência, possamos fazer um balanço positivo de um trabalho profícuo, em benefício da sociedade catarinense. Não queremos imprimir marcas pessoais, porque o poder é efêmero – a instituição, sim, é perene –, mas desejamos administrar de portas abertas a todos os parlamentares e aos representantes da sociedade organizada. Vamos buscar sempre o consenso, priorizando os interesses dos catarinenses que, com votos de confiança, nos tornaram seus representantes e esperam de nós trabalho sério e conduta ética, responsável, justa e transparente. Centrados nesses princípios, assumimos o desafio de dirigir, democraticamente, a Assembléia Legislativa, com a certeza de que essa eleição desencadeou o início de um momento novo, marcado pelo amadurecimento e pela evolução do processo político, que se sobrepuseram aos interesses pessoais. Temos aqui um Parlamento composto de forma heterogênea e capaz de contribuir, efetivamente, para o aperfeiçoamento da elaboração de projetos de lei e da fiscalização das ações do Executivo; papéis a serem desempenhados pelo Poder Legislativo, além da atuação como mediador em situações conflituosas.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Entrevista

AL Notícias - O que significa ocupar a Presidência com o aval dos 39 deputados?

Julio Garcia - Foram poucas as situações em que isso ocorreu. Há 10 anos, o deputado Pedro Bittencourt (PFL) também se elegeu com 40 votos. Eu participei naquela eleição na condição de cabo eleitoral, e nesta, na condição de presidente eleito. Graças ao apoio recebido de meus companheiros de Assembléia, que foram incansáveis na construção deste projeto. Isso significou um projeto que não trata da vitória do deputado Julio Garcia e nem da Mesa. Mas, sim, uma vitória do Poder Legislativo, de forma transparente, com voto aberto e participação de todos. Eu me sinto recompensado por todo um trabalho, mas com uma responsabilidade muito grande de presidir a Casa, pela forma tão harmônica e democrática com que ocorreu a eleição. Satisfeito, mas evidentemente cômico da responsabilidade que tenho pela frente, que não é pequena.

AL Notícias - Como se deu o processo que culminou com a sua escolha por unanimidade?

JG - Os líderes conduziram de forma tão competente, tão respeitosa toda esta negociação e no fundo tinha a esperança e a expectativa de que nós fossemos compor. O meu objetivo não eram os 40 votos, mas a participação das instituições. Houve compreensão de todos os lados. Cada um cedeu um pouco, não houve nenhum conchavo, nenhuma negociação a portas fechadas. A imprensa que acompanhou é testemunha do quanto foi aberto todas as negociações, com informações diárias do que estava acontecendo. Ninguém escamoteou nenhuma informação e acho que este foi o segredo do sucesso.

AL Notícias - Qual as ações que pretende imprimir num primeiro momento, como presidente da Alesc?

JG - O poder é perene, os atos continuam, a Assembléia continua, os procedimentos da presidência continuam. Eu apenas vou dar prosseguimento ao que vinha sendo realizado neste mês de janeiro pelo deputado Onofre Agostini (PFL) e, anteriormente, pelo ex-presidente Volnei Morastoni (PT). Não mu-



daremos a rotina da Assembléia, vamos apenas aperfeiçoar o que está sendo feito de bom e construir uma administração com muito diálogo e com muita participação.

AL Notícias - O senhor pretende imprimir uma marca pessoal a sua gestão?

JG - Eu não sou a favor de marcas pessoais. A administração pública é uma coisa de muita responsabilidade. O que eu pretendo é ampliar tudo aquilo que vem sendo feito de bom, e eu lembro aqui os mais recentes presidentes, os deputados Gilmar Knaesel (PSDB), Onofre e Morastoni, que foram muito competentes na abertura que deram à Assembléia, na interação com a sociedade. Acho que a TV AL ajudou muito. Muitos instrumentos foram criados nessas três administrações de modo que a Assembléia se adequasse, se adaptasse, à realidade atual.

AL Notícias - Como ficam as composições nas comissões técnicas da Casa, uma etapa subsequente ao processo que elege o presidente e a Mesa?

JG - Em função da convocação extraordinária, as comissões continuam funcionando como estabelecidas anteriormente. A partir do dia 15, com a volta das atividades normais, serão formadas de acordo com o entendimento já firmado entre todos os partidos. (SD)

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)
1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)
2º Vice-Presidente: Djalma Berger (PSDB)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)
2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)
3º Secretário: Valmir Comin (PP)
4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)
Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas e Samir Machado.

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretor: Samir Machado
Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira
Coordenador: Celso A. S. da Rosa
Chefe de Redação: Rubens Vargas
Redatores: Magda Audrey Pamplona, Marise Ortega Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Mattos, J. Pacheco, Jandyr Corte Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Prog. Antonieta de Barros: Luciana Machado e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Acordos permitiram votação tranqüila

Scheila Dziedzic

A primeira eleição para escolha do presidente do Poder Legislativo e da Mesa, realizada com voto aberto e nominal, foi bastante tranqüila e durou apenas 15 minutos. Vários deputados ressaltaram os esforços pelo entendimento e pela transparência do processo. O que, segundo o presidente eleito, deputado Julio Garcia (PFL), dá contornos vitoriosos a um processo em que prevaleceram as negociações buscando o respeito às instituições partidárias. "Não houve sobreposições de negociatas e interesses pessoais. Nesta eleição, vitorioso foi o Parlamento. E uma eleição com a totalidade dos votos aumenta ainda mais meu compromisso", avaliou.

Em seu primeiro pronunciamento na presidência, Julio Garcia agradeceu a Deus pela realização de um sonho, aos filhos pela compreensão da ausência, à mãe pelos ensinamentos de lealdade e sinceridade e aos demais parlamentares. Ele fez menção especial ao deputado Jorginho Mello (PSDB) que, a princípio, se colocou também na disputa pelo comando do Legislativo, mas que "com um diálogo de alto nível" possibilitou o entendimento permitindo a participação de todos os partidos. Garcia disse ainda que pretende dar continuidade a ações iniciadas em administrações anteriores, priorizando a transparência nas relações da AleSC com a sociedade e também uma administração compartilhada com os parlamentares e entidades representativas dos servidores da Casa.

Entendimentos - A condução de chapa única, tanto para a Presidência quanto para o restante da Mesa, envolveu entendimentos entre as diversas bancadas. O líder do governo, deputado João Hen-

rique Blasi (PMDB), disse que mais uma vez o seu partido praticou um gesto em favor do PSDB, permitindo que houvesse consenso nas escolhas, que também envolvem as presidências das comissões técnicas. "Porém, não poderia haver melhor desfecho. Tivemos um diálogo aberto, transparente e sem precipitações", concluiu.

O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, disse que sua bancada também primou pelo entendimento cedendo ao PT

uma vaga que caberia ao partido nas comissões técnicas. Fez questão de salientar ainda o mérito pessoal do deputado Julio Garcia nas costuras que permitiram o resultado. Segundo ele, apenas duas situações foram postas pelo PFL, PMDB e PP, bancadas que apoiaram a candidatura em primeira hora: que não cedesse o cargo de 1º vice-presidente, ocupado por Herneus de Nadal, e nem aceitasse proposta de divisão de mandato. "Além da grandeza de gesto dos deputados Jorginho Mello e Clésio Salvaro, ambos do PSDB, que deixou de lado suas diferenças regionais, o voto aberto também contribuiu para o sucesso desta votação", afirmou Ceron.



Julio Garcia vai conduzir o Legislativo por dois anos

Espaços - O deputado Gilmar Knaesel considerou que seu partido, o PSDB, obteve duas grandes vitórias ao final do processo: a unidade da bancada e o avanço na ocupação de espaços. Já para o ex-líder do PT, deputado Pedro Baldissera, se fossem ser atendidos todos os desejos pessoais, as vagas seriam poucas. Porém, considerou positivo os encaminhamentos que tiveram participação determinante das maiores bancadas da Casa. "O PT está muito bem contemplado, com um espaço significativo, até mesmo em respeito a sua condição de maior bancada. Júlio Garcia teve uma postura muito transparente, aberta, franca, com diálogo. Ele foi exemplar no processo, haja visto o resultado."

Comissões têm presidentes definidos

A maioria das 14 comissões técnicas já está com seus presidentes definidos. O PT terá a presidência das comissões de Finanças e Tributação, com Wilson Vieira - Dentinho; de Legislação Participativa, com Francisco de Assis, de Trabalho, Administração e Serviço Público, com Afrânio Boppré, e de Segurança Pública, com Dionei Walter da Silva.

Ao PFL caberá a presidência das comissões de Saúde e de Economia, Ciência e Tecnologia, respectivamente com os deputados Antônio Aguiar e Gelson Merísio. Sérgio Godinho (PTB) fica com Turismo e Meio Ambiente. O PP terá a presidência das Comissões de Agricultura, com Reno Caramori, e de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e Mercosul, com Celestino Secco, que também ocupará a presidência da Escola do Legislativo.

Na cota do PSDB, o deputado Jorginho Mello fica com a presidência da Comissão de Justiça. Os tucanos ficam também com as comissões de Direito e Garantias Fundamentais e de Ética e Decoro Parlamentar, que poderá ser trocada com alguma Comissão já designada para o PMDB. Os peemedebistas ficam com as comissões de Transporte e Desenvolvimento Urbano e Educação, Cultura e Desporto. Até 15 de fevereiro permanece a atual composição. Julio Garcia, que presidia a CCJ, deverá ser substituído por Antônio Ceron. (SD)

Deputadas protestam

Apesar de nascido de um grande acordo envolvendo todas as legendas partidárias, a composição da Mesa foi alvo de protesto das duas únicas parlamentares. "Não posso deixar de registrar o meu protesto, mesmo dando meu voto à chapa que vai compor esta Mesa, em nome de todas as mulheres catarinenses", discursou a petista Ana Paula Lima, lembrando os nomes de mulheres que marcam a história do Estado, como a ex-deputada Antonieta de Barros e a "heroína dos dois mundos", Anita Garibaldi.

Ao ser chamada para dar seu voto, a deputada Odete de Jesus (PL), acompanhou a colega. "Quero manifestar minha profunda tristeza por não ver uma mulher ocupando um cargo nessa Mesa. Ela brilharia mais, tenho certeza", disse. A parlamentar parabenizou o novo presidente e os novos membros. A deputada ocupou a 2ª secretaria, durante a gestão do deputado Onofre Agostini (PFL), de 2000 a 2002. (MMV)



Odete, em primeiro plano, no momento do protesto, e Ana Paula, ao fundo

Retratos de Santa Catarina

Videira, Tangará e Pinheiro Preto

Abrindo as edições deste ano do Projeto Retratos de Santa Catarina - idealizado pelo deputado Onofre Agostini (PFL) que presidiu a Casa no último mês -, representantes dos municípios de Videira, Tangará e Pinheiro Preto apresentaram-se na noite de segunda-feira (24) na Assembléia Legislativa. Entre os objetivos do Retratos estão a valorização da cultura e das tradições dos municípios catarinenses.

Localizados no Vale da Uva e do Vinho, na região Meio-oeste do Estado, as cidades destacam-se no cenário catarinense e nacional pelo cultivo e industrialização da uva em grande escala, o que resulta em vinhos de qualidade reconhecida. Prestigiando o evento, além de Agostini e vários parlamentares, estiveram presentes o governador Luiz

Henrique da Silveira, secretários de Estado, o prefeito de Tangará, Faustino Panceri, o vice-prefeito de Videira, Eduardo Gelinsky, o ex-prefeito de Pinheiro Preto, Délcio Bressan, e convidados. Os representantes de cada município receberam uma placa como lembrança de sua participação no projeto, que foram entregues pelos deputados Reno Caramori (PP), Antônio Ceron

(PFL) e Sérgio Godinho (PTB).

Em nome dos prefeitos do Vale da Uva e do Vinho, falou Faustino Panceri, prefeito de Tangará. "Esse é um dos roteiros turísticos, com reconhecimento da Santur, que retrata a pujança e a trajetória de sucesso construída em Santa Catarina." Em seu pronunciamento, o governador Luiz Henrique parabenizou Agostini pela iniciativa e cumpri-

mentou os municípios pela apresentação.

Todos também acompanharam a apresentação do Quarteto Helvetia, dos grupos Cantoria, de Tangará, e de danças folclóricas alemãs Wunderwald. Ao final da apresentação, foi servido um coquetel com produtos da região e com degustação dos vinhos e espumantes produzidos pelos três municípios. (RMPP)



Danças tradicionais completaram o brilho da noite dos vinhos

Vinhos vão para a China

Um dia depois da apresentação, o presidente da Câmara do Comércio e Indústria Brasil-China, Charles Tang, recebeu das mãos do deputado Onofre Agostini (PFL) algumas garrafas de vinho e espumantes produzidos nas três cidades. A entrega foi feita a pedido do próprio Tang.

"Nos supermercados chineses encontramos vinhos e espumantes produzidos em todo o mundo, menos os brasileiros. E nós já estivemos no ano passado na vinícola Aurora, em Bento Gonçalves (RS)", explicou Tang, assinalando que este seria um primeiro passo para aguçar o interesse comercial pelo vinho brasileiro, e, principalmente, pela produção catarinense.

"Tenho certeza de que o vinho produzido em nosso Estado é o melhor do país. O interesse demonstrado pelo presidente da Câmara Brasil-China deixa-nos satisfeitos por mostrar resultados concretos do projeto", afirmou Agostini. (MMV)

Curitibanos

Caminho e lugar de pouso de tropeiros vindos de Curitiba, no Paraná, e do Rio Grande do Sul, o município de Curitibanos, maior produtor de alho do país e maior exportador de cabos de vassouras do mundo, foi o homenageado da noite de terça-feira (25). Fundando em junho de 1869, sua população de 36 mil habitantes é hoje um misto de etnias iniciado com os caboclos, aos quais se juntaram italianos, alemães e, mais tarde, japoneses que traçaram e continuam escrevendo a história do município.

A homenagem foi aberta pelo então presidente da Casa e idealizador do Projeto Retratos de Santa Catarina, deputado Onofre Agostini (PFL), que também já foi prefeito daquela cidade. Após chamadas as autoridades, foi apresentado um vídeo produzido pela TV AL, contando a trajetória do município. "O vídeo dispensa quaisquer palavras. Mas, tenho que dizer o quanto é importante este evento para nós curitibanenses, mostrando as potencialidades eco-

nômicas, a nossa cultura, a nossa capacidade produtiva, a nossa história, e dizer que o nosso povo sofreu para fazer parte da história catarinense e brasileira. Hoje, com os pés no chão, com os olhos voltados para o futuro, podemos dizer que cumprimos com a nossa obrigação para a construção deste país", disse emocionado o prefeito da cidade, engenheiro Wanderley Teodoro Agostini. O prefeito referiu-se a fatos históricos marcantes do município, que esteve no centro da Revolução Farroupilha e foi incendiado em 1914, durante a sangrenta guerra do Contestado, na qual centenas de curitibanenses lutaram e morreram.

"Ninguém gosta do abstrato. Sem conhecer não podemos amar. Só amamos no abstrato a Deus. Por isso reafirmo, para gostarmos de nosso estado, dê nossos municípios, temos que conhecer, principalmente a fertilidade do coração do nosso povo", sintetizou Agostini. O evento contou

com a apresentação de grupos musicais locais, como o regionalista Fogo de Chão. Entre as autoridades presentes estavam o ex-governador Ivo Silveira, os desembargadores Pedro Manoel Abreu e Rogério Lemos, que foram juizes por muitos anos em Curitibanos, o vereador Juarez Garcia, representando a Câmara de Vereadores da cidade, o deputado Manoel Mota (PMDB), que representou o governador do Estado, além dos deputados Antônio Ceron (PFL), Romildo Titon (PMDB), Lício Mauro da Silveira (PP), Reno Caramori (PP), Nelson Goetten (PFL), Odete de Jesus (PL) e Djalma Berger (PSDB). (MMV)



Casa cheia para conhecer a cidade que fica no coração do Estado

Projeto nacional

Durante a apresentação de Curitibanos, ao receber a palavra para falar em nome dos deputados da Casa, o deputado federal Ivan Ranzolin (PP) anunciou a tramitação de projeto de lei de sua autoria, transpondo para nível nacional o Projeto Retratos de

Santa Catarina. "Idéias como esta devem ser copiadas e espero a aprovação do meu projeto instituindo o Retratos do Brasil, e que Santa Catarina seja o primeiro Estado a ser apresentado ao Brasil através da Câmara dos Deputados", disse Ranzolin.

Frei Rogério

Município com a maior colônia japonesa do sul do país, Frei Rogério foi a estrela da noite de 31 de janeiro, no Projeto Retratos de Santa Catarina, mostrando sua economia e cultura. O evento contou com a presença do então presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), do governador Luiz Henrique da Silveira, dos deputados Reno Caramori (PP), Romildo Titon (PMDB), Jorginho Melo (PSDB) e Dionei Walter da Silva (PT), do ex-governador Ivo Silveira, do prefeito do município, Antônio Moacir Darol, do deputado federal Odacir Zonta (PP), do presidente da Associação Cultural Brasil-Japão, Hirotaka Onaka, do presidente da Associação dos Produtores de Pêra e da Associação das Vítimas e seus Descendentes da Bomba Atômica de 1944, Tetsuo Osawa, entre outras autoridades.

A noite de Frei Rogério iniciou com a apresentação de áudio-visual produzido pela TV AL sobre o município de clima temperado que guarda hábitos e costumes orientais. Em seguida, o prefeito Antônio Darol fez um breve discurso, destacando a tenacidade dos colonizadores japoneses e também italianos e alemães, e a preservação das culturas.

Representando a Associa-

ção Cultural Brasil-Japão, Onaka fez a sua saudação em japonês, traduzida por sua filha, lembrando a colonização do município e o seu desenvolvimento. Em seguida, Caramori e Titon fizeram uma saudação ao município ressaltando também a importância dos colonizadores italianos, destacando a etnia japonesa da cidade, fundada em julho de 1995. Agostini homenageou Takashi Chonan. "Um pequeno homem, mas de grande competência e que poucos sabem que, atrás dele, está o início do cultivo de alho no Brasil. Com a semente do alho foram solucionados graves problemas sociais no Planalto Serrano", observou.

O parlamentar destacou a história da cidade escolhida para ser o lar de seis sobreviventes da bomba de 1944 e que deram início ao cultivo da fruta. Também é uma das duas cidades do mundo que possuem o Sino da Paz (a outra é Nova York), que homenageia sobreviventes da Segunda Guerra Mundial. Na sequência do evento, foram apresentadas atividades artísticas e culturais, como dança italiana e japonesa

e a arte marcial Kendô. O governador Luiz Henrique da Silveira chegou a tempo de fazer sua homenagem ao município e seus colonizadores, e também de participar da cerimônia do saquê, juntamente com os parlamentares e auto-



(fotos Carlos Kilian)

A cerimônia do saquê foi prestigiada pelo governador e deputados



Danças típicas encantaram os presentes

ridades presentes.

O município - Além de japoneses, integram a população de 3.100 habitantes de Frei Rogério descendentes de imigrantes italianos, alemães e caboclos. Fundado em 1995, sua economia gira, principalmente, em torno da fruticultura, com a produção de maçã, ameixa, nectarina, pêssigo e da pêra japonesa, sendo esta última a que tem projetado a cidade no país e no exterior, dando-lhe o título de Capital Nacional da Pêra Japonesa.

A cultura japonesa está em

toda a cidade - no artesanato, na dança, nas vestimentas, na delicadeza das flores de cerejeira. Muitos turistas visitam o Parque Sino da Paz, que homenageia os sobreviventes japoneses da Segunda Guerra Mundial, e o Parque Sakura, arborizado com espécies trazidas do Japão, principalmente cerejeiras. A cidade também realiza várias festas ao longo do ano, como a Undokai, entre abril e maio; a Enguei-Kai, entre julho e agosto, e a Sakura Matsuri, ou Florada da Cerejeira, em setembro. (CA)

Homenagem à Seicho-no-ie

A Seicho-no-ie foi homenageada pela Assembleia Legislativa, na noite do dia 25, em sessão solene em comemoração à Lei nº 13.176/04 que instituiu a data de 22 de novembro como o Dia Estadual da Seicho-no-ie. A sessão foi presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), requerente da sessão e autor do projeto. A data é a mesma do

nascimento do mestre e fundador da doutrina, o japonês Masaharu Taniguchi.

"Taniguchi traduziu o óbvio, que o homem é o filho de Deus. Através de simples leituras, Taniguchi mudou a vida das pessoas e esse é um fato significativo. A conscientização de que todos os seres vivos são filhos de Deus, trouxe a cura para doenças e até negócios

prosperaram", afirmou Onofre.

De acordo com o supervisor administrativo da regional de Santa Catarina, Saul Antônio Brandalise, a homenagem foi justa e merecida. "A nossa filosofia traz para seus simpatizantes e adeptos sabedoria, amor, vida e harmonia. Tenho um orgulho profundo por este ato histórico e gratidão a todos os deputados e deputadas por este gesto de bravura." O presidente da organização no Brasil, Yoshihico Iuassaca, que também concedeu uma entrevista coletiva à imprensa durante a tarde, onde explicou que nem todos os estados brasileiros contam com uma lei

como a aprovada em Santa Catarina. "Os participantes da Seicho-no-ie estão muito contentes e sentindo-se muito honrados com a homenagem, já que nem todos os estados aprovaram a lei que institui o dia 22 como o Dia da Seicho-no-

ie." Ele também falou sobre como funciona a organização. "As portas da Seicho-no-ie estão abertas para que qualquer pessoa entre. Entre as publicações da organização, estão as revistas Fonte de Luz, Pomba Branca e Mundo Ideal. (DAB)



Agostini e Yoshihico Iuassaca



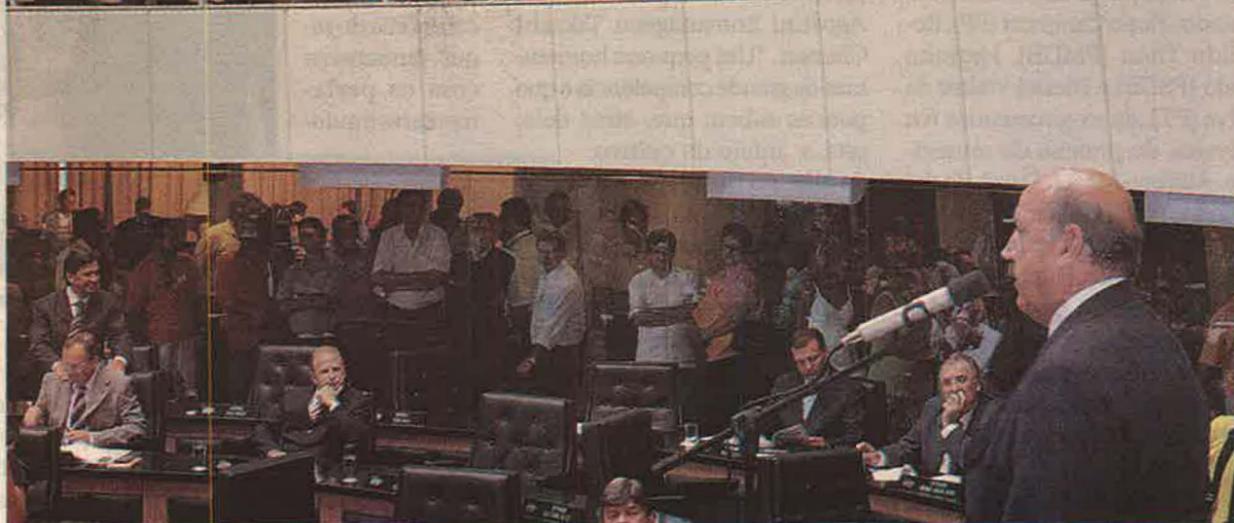
(fotos Carlos Kilian)

Representantes da organização comemoraram o reconhecimento da Alesc

Governador no Plenário

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Apesar de convocado desde o dia 10 de janeiro, o Legislativo só recebeu o pacote da reforma dois dias depois, das mãos do próprio governador Luiz Henrique da Silveira. Os projetos foram recebidos pelo deputado Onofre Agostini (PFL), que presidiu a parlamento catarinense durante o mês de janeiro, depois que o ex-presidente, Volnei Morastoni (PT) deixou o cargo para assumir a prefeitura de Itajaí. No dia 18, Luiz Henrique voltou à Casa e, durante quatro horas e meia, explanou os principais pontos da reforma administrativa e a proposta de criação do Fundo Social (veja nas páginas 7 e 10), ouviu e respondeu questionamentos dos parlamentares.



Luiz Henrique durante explicação. Com a nova estrutura, defendeu, haverá um salto no desenvolvimento

1- Matérias que já estavam na Casa:

- Medida Provisória nº 114/04, que dá à Secretaria da Segurança Pública poder discricionário para nomear comandos e praças do Corpo de Bombeiros - **APROVADA**
- Projeto de Lei nº 316/04, que autoriza o Executivo a alienar imóveis em Florianópolis;
- Projeto de Lei nº 356/04, que autoriza o Executivo a contratar subempréstimo junto à Caixa Econômica Federal para informatizar o governo através da implementação do PNAGE/SC (Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal);
- Projetos de Lei Complementar 29, 30, 31 e 32, que transformam cargos na Secretaria da Educação e Inovação;
- Projeto de Lei Complementar nº 25/04, que prevê recursos para investimentos em ciência e tecnologia;
- Projeto de Lei nº 397/04, que autoriza o Executivo a prestar aval para a Casan.

2. Matérias entregues pelo governador:

- Projeto de lei Complementar que estabelece novo modelo de gestão para a Administração Pública Estadual – reforma administrativa;
- Projeto de Lei que institui o Fundo Social, socorro aos empresários inadimplentes e incentivo aos empresários adimplentes que investirem no fundo;
- Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 266/04 e a Lei nº 3.138/62 (Contribuição Patronal Previdenciária);
- Projeto de Emenda Constitucional que altera dispositivos da Constituição Estadual (Emancipação da perícia técnica da Polícia Civil) – **APROVADA**
- Projeto de Lei que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais (para gerir algumas atividades públicas) e a criação do Programa Estadual de Publicização e estabelece outras providências;
- Projeto de Lei que altera o Prodec (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) e o Fadesc (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense);
- Projeto de Lei que dispõe sobre o objeto, a estrutura e o funcionamento da Santa Catarina Participações e Investimentos S/A – Invest/SC – e regulamentação das PPPs (Parcerias Público-Privadas);
- Projeto de Lei que autoriza o Executivo a prestar aval para as instituições de ensino superior do Sistema Acafe para financiamento junto à Finep (Financiadora de Estudos e Projetos);
- Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei nº 5.983/81 e da Lei nº 3.938/66 (que trata de parcelamento de débitos junto à Fazenda);
- Projeto de Lei que altera dispositivo da Lei nº 5.684/80 (fretamento de transporte escolar);
- Projeto de Lei que dispõe sobre a instituição do Sistema de Transferências de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Saúde aos fundos municipais para o setor Saúde;
- Projeto de Lei que dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado para o Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator e contratação sem concurso dos professores ACTs - **APROVADO**
- Projeto de Lei que cria o Funsase (Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Estaduais);
- Projeto de Lei que autoriza a cessão do uso de imóvel (terreno) em Florianópolis para a Associação de Voluntários do Hospital Joana de Gusmão;
- Projeto de Lei que autoriza a cessão de uso de imóvel (prédio da Secretaria da Fazenda), por prazo de 24 meses, pela Prefeitura de Florianópolis;
- Projeto de Lei que autoriza a doação de uso de imóvel (terreno) em Florianópolis para a construção do Centro de Eventos em Canasvieiras.

Servidores manifestam-se contra reforma

(foto Carlos Kilian)

Servidores públicos de 18 sindicatos e associações estaduais fizeram manifestação no dia 31, no Plenário, contra a reforma administrativa e os projetos de lei que prevêem a criação de um Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos e a transformação do Ipesc (Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina) em fundo de aposentadoria. A manifestação foi organizada pelo Fórum dos Servidores Públicos Estaduais.

Dentre as alterações, as que mais mobilizaram os servidores, segundo o presidente em exercício do Sintespe (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual), Maurino Silva, foram as que propõem a extinção e privatização de

alguns serviços públicos.

Quanto ao fundo de previdência, o principal temor é a dificuldade que o Instituto pode ter para pagar as aposentadorias no futuro. Sobre a criação do Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos, ao qual também são contrários, alegam que o projeto de lei não prevê de quanto será a contribuição. “Hoje, o servidor paga 2,5% para ter o plano. Como a lei não especifica nada, o secretário da Administração teria poderes para fazer o que quiser”, explica o presidente em exercício do Sintespe. Maurino Silva explicou que o rombo mensal do Ipesc é de R\$ 1,7 milhão. (MAP)



REFORMA DE ESTADO

Fundo Social

Projeto de Lei nº 3/2005

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Promovida pelas Comissões de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Julio Garcia (PFL), de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Afrânio Bopp (PT), e de Trabalho, Administração e Serviço Público, presidida pelo deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), os parlamentares iniciaram, na manhã do dia 25 de janeiro a discussão sobre o projeto de lei, de origem governamental, que institui o Fundo Social. A criação deste Fundo, pela argumentação do secretário da Fazenda, Max Bornholdt, destina-se a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do Artigo 204, da Constituição Federal.

A instituição do Fundo Social está provocando fortes reações contrárias entre os deputados, especialmente os da oposição e de alguns segmentos da sociedade organizada que discordam de vários pontos da proposta. A polêmica começa com a previsão de renúncia do governo sobre parte da dívida do ICMS para captação de recursos para formação do Fundo. Segundo dados da Secretaria da Fazenda, a dívida de ICMS hoje é de cerca de R\$ 4 bilhões, sendo R\$ 3 bilhões já sob cobrança judicial. Na prática, conforme Bornhol-

dt, para cada real investido no Fundo pelos devedores, dois reais seriam perdoados.

A proposta também estabelece que, num limite de 20% do total de transferências do mês, a Secretaria da Fazenda "poderá garantir a homologação prioritária de transferência de créditos de ICMS decorrentes de exportação para contribuintes que se comprometam a financiar projetos e ações ligadas aos objetivos do Fundo". Além disso, vincula aos programas desenvolvidos pelo Fundo até 0,5% da receita tributária líquida e permite a compensação em conta gráfica do ICMS valores (equivalentes a no máximo 10% do imposto a pagar) doados por contribuintes em dia com o Fisco. Outras fontes de captação previstas são contribuições, doações, financiamentos e recursos oriundos de entidades públicas ou privadas, nacionais,

internacionais e estrangeiras.

Todos os recursos seriam depositados diretamente no Fundo, deixando de integrar o caixa do Tesouro do Estado. Em consequência, deixam de ser divididos com os demais poderes, órgãos e municípios.



Bopp, Julio Garcia e Vieirão na audiência

Deputados e MP apontam inconstitucionalidades

A promotora de Justiça, Márcia Aguiar Arend, fez uma das manifestações mais contundentes da audiência, salientando a aflição do Ministério Público diante da proposta. "Esse projeto é uma afronta à Constituição, tanto a Federal quanto a Estadual. Ele vincula a receita de impostos ao Fundo, o que é vedado. É inconstitucional e ilegal e avilta o próprio princípio da autonomia municipal porque o Estado é que irá formar convênios com os municípios para que ele possa pegar o dinheiro que já era seu", observou.

Corroborando com as declarações da promotora, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) foi taxativo ao anunciar que o projeto fere a Constituição Federal em seu Artigo 167, inciso IV, e a Estadual, no Artigo 123, inciso V, que veda vincular receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as parcelas pertencentes aos municípios, a destinação de recursos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.

"Além disso, o Estado deixa claro que não quer compartilhar re-



Procuradora de Justiça, Márcia Arend

ceita com ninguém e acabar com os sócios. Os demais poderes e os municípios terão seus orçamentos castrados", destacou. Os deputados do PP, Joares Ponticelli, Reno Caramori e Lício Mauro da Silveira, do PT, Afrânio Bopp, Vânio dos Santos, Paulo Eccel e Dionei Walter da Silva também abriram fogo e se aliaram contra a aprovação do Fundo. Antônio Ceron (PFL) foi mais longe em suas crí-

ticas e considerou a proposta de "imoral". "Pelo Artigo 9º do projeto, quem deve imposto terá desconto de 50% e pode parcelar seu débito em até 10 vezes. Isso é uma queima de estoque. É um prêmio para o mau pagador", complementou Ceron.

O presidente do Sindicato dos Servidores Estaduais, Antônio Battisti, e do Sindicato dos Eletricitários, Arno Kugner, também manifestaram-se contrários à instituição do Fundo.



Blasi: "Estamos abertos à conversação."

Defesa

O líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), fez questão de enfatizar que, como relator da matéria, está aberto para conversações e para receber emendas que contribuam com o projeto, mas que não retirem a sua essência. Estamos atentos a todas as ponderações aqui colocadas", informou. Frisou ainda que, de todas as manifestações, ninguém citou o caso da DRU (Desvinculação de Recursos da União). "Se ao governo federal é permitido, por que é inconstitucional aos estados?", questionou. Os deputados Herneus de Nadal e Manoel Mota, ambos do PMDB, e Gilmar Knaesel (PSDB) defenderam a iniciativa governamental, salientando que a criação do Fundo possibilitará ao governo mais ações para a população necessitada e carente. "Com certeza, é para a melhoria da qualidade de vida de quem precisa", finalizou Nadal. (CA)

Sistema previdenciário

Projeto de Lei Complementar nº 2/2005 e Projeto de Lei nº 12/2005

A segunda audiência pública, promovida pelas comissões de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Afrânio Boppré (PT), e de Trabalho, Administração e Serviço Público, presidida pelo deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), foi realizada no dia 25 para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 2/05, que altera a Lei Complementar nº 266, de 4 de fevereiro de 2004, e a Lei nº 3.138, de 11 de dezembro de 1962, e a proposta que cria o Fundo do Plano de Saúde dos servidores estaduais.

Estavam presentes o secretário estadual da Administração, Marcos Vieira, o presidente do Ipsc (Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina), Demétrius Hintz, os deputados e alguns representantes de sindicatos. De acordo com Hintz, todos os servidores, efetivos e inativos, civis e militares, contribuirão ao Ipsc com alíquota de 11% sobre a remuneração e proventos. A contrapartida será de 11% sobre a remuneração dos servidores ativos, paga pelos Três Poderes - incluídas autarquias e fundações -, Ministério Público, TCE (Tribunal de Contas do Estado) e demais órgãos.

O Ipsc será a única fonte pagadora das aposentadorias e pensões do Es-



Mais tempo para estudar, debater e aperfeiçoar a proposta foi reivindicação unânime

tado, ponto que mais provocou polémica. Os deputados de oposição manifestaram-se contra e pediram que a votação fique para o período legislativo normal. Representantes de vários sindicatos demonstraram preocupação e questionaram a falta de estrutura do Ipsc para arcar com a atribuição, reclamando de não terem sido chamados pelo governo para debater o assunto.

O deputado Celestino Secco (PP) afirmou que a proposta não resolve o problema previdenciário do Estado.

“Não acho que deva ser votado no atropelo até o fim da convocação. O cenário da previdência é dramático”, enfatizou. Para os deputados Dionei Walter da Silva (PT), Paulo Eccel (PT) e Lício Mauro da Silveira (PP), a proposta não tem fundamentação, é inconstitucional e ilegal.

Segundo Hintz, o Ipsc está numa situação difícil devido às mudanças da legislação. “Nós arrecadamos R\$ 19 milhões e gastamos R\$ 20 milhões só com o pagamento da folha. Temos R\$ 70 milhões de precatórios vencidos”, disse.

Fundo

A segunda parte da audiência pública foi destinada ao Projeto de Lei nº 12/05, que cria o Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos, sendo presidida pelo deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB). De acordo com o secretário da Administração, Marcos Vieira, este fundo é decorrente da redefinição do Ipsc, já que a lei federal não permite que um mesmo organismo preste serviço e benefício. Ele também salientou que, na forma atual, é obrigatório aderir à previdência, enquanto o Fundo de Saúde passa a ser optativo.

Para o deputado Celestino Secco (PP), o texto do projeto não está claro. “Os conceitos devem estar estabelecidos no artigo que vai regulamentar a atividade ou função. Quanto à opção pelo Plano de Saúde, ela não está incluída no projeto, que apenas diz que fica criado, que adere aos poderes constituídos do Estado e se dará através da remuneração de todos os contribuintes.” Outro ponto criticado pelo parlamentar foi o percentual de contribuição a ser aplicado aos servidores e órgãos.

O deputado Lício Mauro da Silveira (PP) questionou, entre outros fatores, a pressa para aprovação dos projetos. O relator, deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), indagou ao secretário se o governo pagará uma parte de outro plano de saúde, caso o contribuinte não opte pelo Fundo. “Estamos propondo a criação, e não a instituição do Plano”, respondeu Marcos Vieira. (GMP/DAB)

Organizações Sociais

Projeto de Lei nº 4/2005

Na manhã do dia 26, as comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, presididas respectivamente pelos deputados Julio Garcia (PFL), Afrânio Boppré (PT) e Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), conduziram audiência pública sobre o projeto que autoriza o governo do Estado a qualificar entidades como OS (Organizações Sociais) e a criar o Programa Estadual de Publicização.

Representante do Executivo, Neri dos Santos explicou aos parlamentares que a iniciativa ancora-se na lei federal que instituiu o Programa Nacional de Publicização, porém adequada às necessidades de Santa Catarina que, através de parcerias com Organizações Sociais credenciadas, realizarão atividades não exclusivas do Estado. As chamadas Organizações Sociais são parcerias entre Estado e associações civis, sem fins lucrativos. A proposta do governo estadual pretende ampliar a possibilidade destas parcerias, hoje previstas em lei estadual para atendimento da área da saúde, habilitando-as à execução de atividades nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura, planejamento e gestão, turismo e esporte.

De acordo com Santos, todas as atividades seriam repassadas através de contrato de gestão, com fiscalização tríplice do governo, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, obedecendo à Lei nº 8.666, que rege as licitações, podendo ter a sociedade com o Estado interrompida em caso de ineficiência nas atividades.

Para o deputado Afrânio Boppré, o governador Luiz Henrique está enfraquecendo as funções públicas do Estado e trazendo o risco de que as OS se tornem correntes de pretensões partidárias.

Já o deputado Gilmar Knaesel (PSDB) vê nas OS o acompanhamento de uma tendência mundial que é a instituição de parcerias do poder público com entidades privadas.

O deputado Celestino Secco (PP) alertou para quatro pontos previstos em artigos do projeto de lei. Da maneira como está, o servidor público poderá ser cedido às OS sem possibilidade de recusar e os recursos financeiros para as OS poderão ser ampliados para compensar demissão de servidor cedido. Secco questiona o artigo que define que o servidor perceberá ter as vantagens do cargo a que fizer juz no órgão de origem,



Dentinho, Peninha e Neri dos Santos, coordenador do chamado Projeto Cicerus

quando ocupar cargo de 1º e 2º escalões na Organização Social, sem no entanto deixar claro quais serão as funções a serem exercidas nestes escalões. Quanto a este artigo, o pepebista já preparou emenda, a qual terá recomendação de acatamento do líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), ao relator da ma-

téria, deputado Herneus de Nadal (PMDB).

Blasi alertou o desvirtuamento da discussão para o campo ideológico. “Haverá um partilhamento de responsabilidade, na mesma esteira do que o governo federal irá fazer através das PPPs (Parcerias Público-privadas)”, argumentou. (SD)

REFORMA DE ESTADO

Santa Catarina Investimentos

Projeto de Lei 06/2005

O diretor-presidente da Invesc/SC (Santa Catarina Participação e Investimentos S.A.), Gerson Berti, compareceu à audiência pública da manhã do dia 27, coordenada pelo deputado Julio Garcia (PFL), ainda presidindo a Comissão de Justiça, para falar sobre o projeto de lei que transforma a Invesc em Invest (Santa Catarina Participações e Investimentos S.A.).

Segundo Berti, a Invesc, criada em 1995 no governo Paulo Afonso Evangelista Vieira (PMDB), objetivava emitir debêntures permutáveis com a Celesc, em valores, na época, de R\$ 112 milhões. "A companhia encontra-se inadimplente com os credores. Hoje, o ativo é de R\$ 100 milhões, o passivo de R\$ 800 milhões e o patrimônio líquido negativo totaliza R\$ 700 milhões. Precisamos remodelar a Invesc para reverter essa situação", disse Berti, ao explicar que o objetivo da Invest é torná-la um instrumento para viabilizar investimentos de grande porte no território catarinense através da PPP (Parceria Público-privada).

Para que seja atrativa ao investidor privado, conforme explicou, a Invest deverá



Lício Mauro: "A Invesc já nasceu errado". Ao fundo, Gerson Berti, da Invesc

receber do Estado todas as suas concessões em rodovias, portos e demais bens públicos suscetíveis de exploração econômica através de pedágio, por exemplo. Detentora dessas concessões, poderá licitar projetos individualmente, ou, até mesmo, todo um programa conjuntural em infraestrutura. A proposta provocou muitas dúvidas. "O que a Invesc produziu desde a sua criação? Hoje ela é apenas uma operação de crédito. Há ações na Justiça dos credores contra a Invesc. O Estado será responsabilizado", afirmou o depu-

tado Antônio Ceron (PFL). O presidente do Sintesp (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público), Antônio Battisti, sugeriu uma auditoria pública, com a presença da OAB e do Ministério Público, para apurar a dívida deixada pela Invesc. "Foram surrupiados R\$ 95 milhões do patrimônio do Ipesc. Dilapidaram o patrimônio público". Para o deputado Lício Mauro da Silveira (PP), a Invesc nasceu de forma errada. "Previa, por exemplo, duplicação da BR-101 e pavimentação de rodovias, mas não teve nenhuma aplicação e hoje a dívida é enorme". O deputado petista Dionei

Walter da Silva pediu para que os parlamentares apreciem e votem a proposta fora do período extraordinário.

"É a engenharia do mal. Luiz Henrique copia o que já está falido. Esse projeto coloca o crédito do Estado em risco. O governo Paulo Afonso não é exemplo para ser copiado. Esse projeto permite fazer o que quiser, sem consultar o Legislativo", afirmou o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT). Concordando com o petista, o deputado Celestino Secco (PP) declarou: "É como passar um talão inteiro, assinado, de cheques em branco".

Novo projeto

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), citou trechos da CPI das Contas Públicas, realizada em 1996, com depoimentos do então secretário estadual da Fazenda, Oscar Falk. Em um dos questionamentos feitos pelo então deputado estadual Ivan Ranzolin (PP), a pergunta foi: "O Estado passa a ser devedor da Invesc sem ônus e a Invesc paga juros e correção monetária pelos recursos. Como é que o Estado vai pagar a Invesc?" Falk respondeu que "não há um pagamento do Estado para a Invesc. A Invesc remete ao Estado os recursos que foram alavancados para que o Estado os aplique naqueles programas que os senhores aprovaram aqui na Assembléia".

Baseado nessas declarações, Vieirão disse que é contra a aprovação do projeto da forma como está. "O secretário da Fazenda mentiu, sob juramento, que não haveria dívida. Retirar dinheiro dos bens públicos para pagar dívida que foi jurada pelo secretário que não haveria é malandragem, maracutaia. Sou a favor de criar empresa de economia mista para obter recursos através das PPPs, mas sem envolver a Invesc", declarou. (RMPP)

Cessão de imóvel

Projeto de Lei nº 14/2005

Conduzida pelo presidente da Comissão de Trabalho, deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), a audiência pública que discutiu o Projeto de Lei nº 14/05, que trata da cessão do prédio da Secretaria da Fazenda, na rua Tenente Silveira, na capital, para a instalação da sede da Prefeitura Municipal contou com a participação do prefeito de Florianópolis, Dário Berger (PSDB), do secretário estadual da Administração, Marcos Vieira, representantes de sindicatos e vários parlamentares.

O projeto autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Florianópolis, pelo prazo de 24 meses, o imóvel constituído por um terreno, com área de 1.110 metros quadrados, contendo um prédio com área total construída de 8.449 metros quadrados. De acordo com o prefeito Dário Berger, a cessão do prédio proporcionará economia de R\$ 80 mil mensais.

Cláusula do BID - O representante da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Fede-



Prefeito Dário Berger, deputado Peninha e secretário da Administração, Marcos Vieira

ral de Santa Catarina, Omar Afif, disse que, em dezembro de 1996, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) aprovou empréstimo de 17 milhões de dólares, destinado ao Estado, em apoio à sua modernização fiscal. Uma das cláusulas fixadas era a de que o prédio não fosse usado para outra finalidade que não a de abrigar a Secretaria da Fazenda.

Os deputados da oposição presentes mostraram-se preocupados com a situação, já que o mesmo prédio está citado em outro projeto de venda. O Projeto de Lei nº 316/04, em tramitação, autoriza o Poder Executivo a alienar quatro imóveis no município de Florianópolis, entre eles o da Secretaria da Fazenda, além dos prédios das secretarias da Saúde, da Educação e Inovação, da Infra-estrutura e o

Departamento de Infra-estrutura. A alienação tem por objetivo a captação de recursos, para ampliação do Centro Administrativo do Governo. Conforme o deputado Lício Mauro da Silveira (PP), a venda ou cessão desses imóveis é muito preocupante em função da infraestrutura que já está instalada na Secretaria da Fa-

zenda. Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) apontou a duplicidade das propostas. "Como vamos ceder um prédio que em outro projeto está à venda? Se a prefeitura quer construir um prédio próprio, tudo bem. Mas, o prédio em questão abriga um pedaço que dá sustentação à máquina fiscal", ponderou.

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi, lem-

brou que a proposta do Executivo é abrigar a estrutura central do governo do Estado num único local, e afirmou que vai analisar esse aspecto em relação ao empréstimo do BID. "A única coisa que pode trancar o projeto é o aspecto do PNAFE (Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal do Estados) e me comprometo a analisar com todo o cuidado." Quanto à duplicidade das propostas, Blasi salientou que a cessão, conforme prevê o Projeto nº 14, será por 24 meses. "Depois disso ele poderá ser vendido, como prevê a autorização preconizada na proposição nº 316", explicou.

O secretário Marcos Vieira salientou que a centralização da estrutura vai reduzir o custeio, tornando-a mais eficiente e disponível para a sociedade.

No final da audiência pública, Omar Afif entregou um abaixo-assinado contra a venda ou cessão do prédio da Secretaria da Fazenda, assinado por contribuintes, advogados, contadores, servidores inativos e aposentados e público em geral. (GMP)

Substitutivo Global ao Projeto de Lei Complementar nº 1/2005

Plenário e galerias estiveram lotados de servidores de vários setores do funcionalismo público estadual, sindicalistas e representantes de entidades classistas na audiência pública realizada durante todo o dia 2, sob a coordenação do presidente da Comissão de Finanças, deputado Afrânio Bop-pré (PT), acompanhado pelos deputados Wilson Vieira - Dentinho (PT), Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) e Antônio Ceron (PFL), na parte da tarde.

Na parte da manhã, a discussão focou as mudanças propostas para a administração direta e à tarde foi a vez da proposta que mexe com autarquias, fundações e empresas públicas. Participaram representantes do Executivo, como o secretário de Planejamento, Armando Hess de Souza, a secretária-adjunta de Planejamento, Anita Pires, e Neri dos Santos, coordenador do Programa Cicerus, que originou a reforma administrativa.

Participaram representantes da Associação dos Professores Inativos,



Representantes de todas as áreas da administração pediram mudanças

da Central Única dos Trabalhadores, Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual, do Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa e do Sindicato dos Trabalhadores na Educação. As categorias repudiaram a reforma administrativa e solicitaram a valorização dos servidores. A proposta de extinção da Fundação Catarinense de Cultura foi rechaçada por todos os representantes presentes. (RMPP/TK/GMP/MAP)

As opiniões

“Há 12 anos atendemos a mais de 100 municípios catarinenses, realizando a cada ano cerca de 60 mil exames preventivos de câncer ginecológico, 15 mil biópsias e 600 autópsias por morte natural. São exames de alta complexidade, que dão suporte aos hospitais do Estado”. *Nelsa Iglesias, reivindicando a manutenção do Instituto de Anatomia Patológica, vinculado à Secretaria da Saúde e que o governo propõe transformar em gerência.*

“O projeto está fora de propósito”. *Deputada federal Luci Choinacki.*

“A cultura é a alma de um povo e precisa ser cuidada como tal. Nos preocupamos em fazer um projeto de política cultural e o entregamos a todos os prefeitos, inúmeros vereadores e até para o governador. Infelizmente, ninguém parece ter tomado conhecimento”. *Fábio Brügemann, escritor e editor, pedindo a rejeição do projeto.*

“Essa estrutura de descentralização é um grande cabide de emprego e a cultura não vai pagar por isso”. *Eduardo Paredes, cineasta.*

“Infelizmente, não podemos ter uma secretaria para cada item que acharmos importante. Mas podemos debater mais o projeto e assim agregar itens que vocês acharem importantes”. *Neri dos Santos, coordenador do Programa Cicerus, que originou a reforma proposta.*

“Se não houver financiamento efetivo no segmento científico e tecnológico, o resultado final será desastroso”. *Marcelo Tractenberg, sobre a transformação da Funcitec em Fapesc.*

“Fomos acusados de não produzir nada. Não produzimos porque não temos recursos suficientes. Nunca auferimos recursos e somos uma empresa de cunho social. A reforma se faz necessária, sim, mas não a sua extinção”. *Ademir Paulo, representante da Cohab.*

Principais pontos da reforma

- Redução de 15 para 13 as secretarias centrais e transformação de oito, das 30 secretarias regionais, em mesorregionais, ampliando suas atribuições e o número de cargos. As 22 restantes seriam microrregionais, com atribuições mais restritas e menor número de cargos;

- Instituição de incentivos para servidores que queiram ir para o interior;

- Extinção da Fundação Catarinense de Cultura, da Imprensa Oficial e da Fundação Catarinense de Desporto;

- Transformação da Funcitec (Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina) em Fapesc (Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina);

- Transformação da Cidasc, Epagri e Ciasc de sociedade de economia mista em empresas públicas;

- Reestruturação da Codesc passando a denominar-se Sorte/SC, sociedade de economia mista prestadora de serviço para administrar e fiscalizar o serviço de loterias;

- Extinção da Cohab e da Santur;

- Privatização da SC Gás e da IAZPE (Imbituba Administradora da Zona de Processamento e Exportação).

O que disseram os parlamentares

Afrânio Boppré (PT) – “O governo cai em flagrante contradição quando diz que vai descentralizar, mas cria as organizações sociais. Se for aprovada, a reforma se tornará uma fábrica de organizações sociais para atender aos amigos do governador”.

Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) – “Muitas vezes a inteligência é usada para o mal. Pensei em apresentar emendas ao projeto, mas se fizesse isso estaria concordando com essa proposta ridícula. É preciso derrubá-la. Quem quiser, que vote e responda no futuro”.

Antônio Ceron (PFL) – “Do jeito que está não dá para concordar. Eu queria uma reforma que fosse do interesse dos servidores, mas isso não faz parte do projeto do governo, que negou abono de R\$ 50 aos professores inativos”.

Celestino Secco (PP) – “Os órgãos públicos não querem pagar à Ioesc, mas vão ter que pagar às gráficas particulares. São flagrantes as desavenças contra as constituições Federal e Estadual”.

Dionei Walter da Silva (PT) – “Esse é o governo da discriminação, por excluir os inativos do magistério do abono e depois dar o abono aos inativos da Segurança Pública. É ditatorial”.

Francisco Küster (PSDB) – “Se o projeto não veio perfeito, pelo menos poderá ser aprimorado com as discussões”.

Gilmar Knaesel (PSDB) – “O projeto é a valorização efetiva do funcionalismo público, do funcionário de carreira. É servir a sociedade com mais eficiência. Já conversei com o Blasi, líder do governo, para que possamos chegar à essência do projeto”.

João Henrique Blasi (PMDB/líder do governo) – “Algumas alterações já foram promovidas no projeto e estamos acolhendo sugestões. Os servidores aposentados ficarão vinculados aos seus órgãos de origem (referindo-se à proposta do governo de vinculação ao Ipsc). Os direitos dos servidores serão preservados”.

Joares Ponticelli (PP) – “Quanto vai custar esse negócio, secretário Hess? O senhor disse que haveria uma economia de R\$150 milhões, mas em seguida o próprio governo disse que a sua declaração estava equivocada. Não há redução de despesas e sim aumento. O custo dessa brincadeira é superior a R\$ 11 milhões. É a Torre de Babel”.

Lício Mauro da Silveira (PP) – “O governo elaborou o projeto de forma proposital. Não teve coragem de discutir com a sociedade organizada e diz que o projeto é moderno e voltado à população. Que modernidade é essa? Como que defende os interesses da população, se não houve discussão?”

Manoel Mota (PMDB) – “O projeto é para melhorar setores da sociedade, como habitação, cultura, saúde e outros. É um projeto novo, de quem tem coragem para mudar Santa Catarina”.

Paulo Eccel (PT) – “Esse é um pacote que penaliza a população, porque ressuscita, por exemplo os “pardais” nas rodovias estaduais. Metem a mão no bolso do cidadão. Não há razão para aprovar esse projeto”.

Vânio dos Santos (PT) – “O governo diz que há democracia e transparência, mas não chama as prefeituras e as entidades para discutir o projeto. É preciso cautela e bom senso. Essa não é uma reforma do governo, e sim do Estado. Lembrem-se: o governo passa, mas o Estado fica”.

Wilson Vieira - Dentinho (PT) – “É um esquema bem elaborado para caçar os direitos dos servidores. É um desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. É uma forma estúpida de governar, sem ouvir o servidor”.

Legislativo assina termo de cooperação com TCE

(foto Carlos Kilian)

No mesmo dia em que foi eleito, o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), assinou termo de cooperação técnica com o TCE (Tribunal de Contas do Estado). Além da Assembléia, o termo envolve o Ministério Público e os poderes Executivo e Judiciário. O termo prevê a promoção de ações e atividades que contribuam para o processo de desenvolvimento e implantação do SIGEF/SC (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina) integrado ao e-Sfinge (Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão), que está sendo desenvolvido pelo TCE. O termo de cooperação foi assinado pelo presidente do Tribunal, Salomão Ribas Júnior, que na mesma solenidade deu posse ao novo presidente daquele órgão, Luiz Suzin

Marini. Além de Julio Garcia, estavam presentes à cerimônia vários outros deputados.

O documento estabelece que a Alesc e os demais órgãos e poderes envolvidos no acordo devem disponibilizar técnicos na quantidade necessária para que seja viável a implantação do SIGEF/SC, visando garantir que o Sistema atenda as necessidades do Estado. O SIGEF será integrado ao e-Sfinge, que pretende reunir todos os sistemas de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado. Essas informações, como a prestação de contas dos municípios, por exemplo, vão estar acessíveis a qualquer cidadão através da Internet.

O termo de cooperação técnica é válido até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogado ou rescindido por interesse dos órgãos e poderes envolvidos. (MAP)



Salomão Ribas Júnior, Julio Garcia e Eduardo Pinho Moreira

Executivo sanciona regulamentação do 170

A sanção ao projeto de lei que regulamenta o Artigo 170 e os artigos 46 e 49 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, que versam sobre as bolsas destinadas ao ensino superior, foi comemorado pela Assembléia. Seu autor, deputado Paulo Eccel (PT), presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, lembrou em manifestação em Plenário, que a proposição aprovada no final do ano passado, unificou propostas de iniciativa popular e do governo. "Finalmente, o governo sanciona o projeto na íntegra e, segundo informações que recebi do Diomário Queiroz,

não houve veto ou restrições a qualquer artigo da proposição. Tenho orgulho de ver a consequência de um ato que partiu da população e dos parlamentares. O Parlamento, muitas vezes, é criticado porque as decisões não têm efeito próximo: Já neste ano, no mês de março, o governo tem a obrigação de aplicar 13% a mais em bolsas de estudo e bolsas de pesquisa", observou.

No entanto, o parlamentar lastimou a decisão do governador em vetar seu projeto que veda a cobrança, pelas concessionárias de telefonia, das tarifas de assinatura básica. (CA)

União por canal aberto

Dirigentes da Acaert (Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão) participaram de audiência no último dia 12 com o então presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL). Na ocasião colocaram a entidade à disposição do Legislativo para a regularização das transmissões da TV AL em canal aberto.

O presidente da Acaert, Ranieri Bertoli, cumprimentou o ato do presidente de tirar a TV AL do sinal aberto, já que estava operando de maneira irregular. Agostini salientou que, na época, tentou mostrar aos membros da Mesa as dificuldades de operar um canal ilegal. "O presidente Volnei Morastoni (PT) disse que era somente um período a título de experiência, trabalhando no mesmo modelo de Minas Gerais. Eu sugeri que

esperássemos até que fossem concluídas as formalidades legais e suspensões a exibição até o final dos trâmites legais, mas esse assunto só foi tratado com a Mesa depois que o canal já estava operando".

Ranieri salientou que a transmissão em canal aberto de forma irregular gerou desconforto. "Foi um ato ilegal, não poderia ter acontecido, foi um desrespeito com os eleitores. Podemos dar suporte nas áreas de tecnologia e infraestrutura e viabilizar os projetos necessários para a legalização. A Acaert aposta na defesa do sinal aberto, a sociedade catarinense merece. Nós estamos fazendo a nossa parte", disse. Segundo Onofre, o processo de legalização está sob análise do Departamento Jurídico do Ministério das Comunicações. (DAB)

Aprovada a prorrogação de contrato de ACTs

Em sessão extraordinária realizada no dia 2, os deputados aprovaram o Projeto de Lei nº 11/05, que prorroga os contratos de pessoal do Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. De acordo com a proposta, os contratos dos funcionários temporários ficam prorrogados até 30 de outubro. Com exceção do deputado Afrânio Boppré (PT), que se absteve, todos os demais deputados presentes votaram a favor da matéria.

Afrânio justificou seu voto de abstenção dizendo que os ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) acabam se tornando funcionários permanentes, por causa das prorrogações. "O que era para

ser temporário acaba se eternizando", disse. "Meu voto foi de protesto, para que o governo promova concursos públicos", completou.

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) lembrou que esses contratos já estão sendo prorrogados há dez anos, mas se mostrou favorável ao projeto. "A prorrogação deve retroagir a 1º de janeiro para que os funcionários possam receber os salários dos dois primeiros meses do ano".

João Henrique Blasi (PMDB) também destacou o fato de que os funcionários estão sem receber seus salários. "Não podemos permitir que os servidores fiquem sem receber o que lhes é de direito", disse o líder do governo na Assembléia. (MAP)

Lei das Focinheiras

Em ofício ao secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet, o deputado Onofre Agostini (PFL) solicitou que policiais e demais agentes de segurança sejam orientados quanto ao cumprimento da Lei nº 11.096, de 17/05/1999, de sua autoria, que determina o uso de focinheiras em cães de guarda que circulam por vias

públicas. O parlamentar quer evitar novos ataques de cães de grande porte que, quando enfurecidos, não obedecem a ninguém, nem aos donos.

"Precisamos trabalhar para que as leis sejam cumpridas, principalmente quando está em jogo a segurança da população que representamos", enfatiza o parlamentar. (MIL)

Validada MP

Edição de Decreto Legislativo valida efeitos da Medida Provisória nº 114/04, que estabeleceu número de vagas para promoções no Corpo de Bombeiros no mês de janeiro. A proposta refere-se a uma vaga para major, uma para capitão, quatro para primeiro-tenente, 10 para subtenente, 20 para primeiro-sargento, 40 para segundo-sargento, 13 para terceiro-sargento e 18 para cabo. (GMP)

Manifesto dos povos indígenas

Rubens Vargas

Reunidos no espaço Puxirum de Artes e Saberes Indígenas, os povos indígenas brasileiros apresentaram no Fórum Social Mundial uma carta-denúncia protestando contra a morosidade do governo federal na demarcação de suas terras. Em coletiva à imprensa, líderes da Amazônia e das regiões Nordeste e Centro-oeste explicaram que apenas 11 delas tiveram seus limites declarados nos últimos anos, denunciaram negociações políticas no Congresso Nacional para redução de terras dos índios em todo o país, e reivindicaram a homologação da área conhecida como Raposa Serra do Sol, em Roraima, motivo de abaixo-assinado no Fórum a ser enviado às autoridades em Brasília, além de relatos de homicídios, ameaças de morte e os precários serviços de saúde e de educação.

Jecinaldo Barbosa – Comissão das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) – Há 500 anos lutamos para garantir os territórios, a nossa sobrevivência e para preservar a cultura de nossos antepassados. Esperávamos que um dos primeiros atos do governo Lula fosse a homologação da Raposa Serra do Sol, mas infelizmente está havendo um retrocesso. É cada vez mais freqüente nas decisões judiciais a inversão de direitos para contemplar o interesse de invasores e de grupos econômicos interessados nas

riquezas existentes nas terras indígenas. Liminares a favor destes grupos expulsaram índios da nação guarani kaiowá (MS) e outros povos de Rondônia para a construção de barragens.

Internacionalização da Amazônia – Esta acusação é feita sempre por pessoas contrárias à causa indígena. Na verdade há entidades internacionais sérias que nos ajudam, como nas homologações de terras indígenas na Amazônia. O governo brasileiro não tem uma política séria para os índios. Também é verdade que no meio destas pessoas sérias há alguns que usam a biodiversidade para benefícios próprios. Cito como exemplo o roubo de cupuaçu e de leite de sapo. As empresas multinacionais tentam comprar a consciência das pessoas.

Marinaldo Makuxi – Conselho Indígena de Roraima (CIR) – Na Raposa Serra do Sol há 32 terras indígenas que já foram destruídas, tomadas e invadidas. São 1,6 milhão de hectares e 16 mil índios. Na área foram criados municípios, sem diálogo, para impedir a homologação. No dia 19 de novembro de 2004 arroteiros e fazendeiros queimaram a comunidade e pa-

fórum social mundial 2005

UM Outro mundo é POSSÍVEL



Índios também reivindicam a reformulação da Funai



Povos indígenas organizados acusam governo federal de não ter política séria para tratar da biodiversidade

rentes meus foram baleados.

Marcos Xukuru (PE) – Associação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime) – Nós, índios do Nordeste, temos dificuldades maiores, somos discriminados porque temos crenças, tradições e costumes diferentes. Na nossa região impera a lei do silêncio, imposta pela pistolagem. Minha luta começou aos 7 anos e, após o assassinato do meu pai, cacique Chicão, em maio de 98, me tornei cacique dos xukurus.

Somos uma das cinco nações indígenas que recebemos o prêmio da Fundação Getúlio Vargas pela organização social de nossa gente. Isto desperta o ódio dos políticos e fazendeiros. Recentemente, dois companheiros foram mortos numa emboscada. Graças a Tupã, eu e meu sobrinho sobrevivemos com alguns arranhões.

Isaías Xavante (MT) – Os bandeirantes, ainda hoje, massacram os índios, que nunca são ouvidos pelos governantes. Peço a vocês, brancos, que pensem nos seus filhos e ouçam o nosso choro. Juntos podemos buscar nossos direitos. Vocês precisam ver a realidade dentro de nossa terra.

Anastácio Guarani Kaiowá – Comissão dos direitos Indígenas de Mato Grosso do Sul – Somos 60 mil dos povos guarani, kaiowá e terena. Nós éramos donos de tudo na natureza. Hoje sofremos. A terra é um pedaço do nosso corpo, sem ela ficamos tristes com a vida. Na TI (terra indígena) Cerro Maracatu, é difícil juiz não dar a ordem de despejo para o nosso povo. As crianças estão desnutridas. O governo realiza apenas ações compensatórias. Precisamos de ampliação de nossas terras.